

INSPETORIA REGIONAL DE BEZERROS
DEMONSTRATIVO DA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS
PERÍODO: 01/07/94 A 30/09/94

TIPO	SALDO 2º SEMESTRE		ENTRADAS	FISCALIZADOS	CONCLUÍDOS	SALDO DO 3º TRIMESTRE	
	A FISCALIZAR	A CONCLUIR				A FISCALIZAR	A CONCLUIR
PCP	23	44	-0-	18	-03-	10	-41
PCI	04	04	-0-	-0-	-0-	-04-	-04-
DEN	03	04	-02-	-02-	-0-	-03-	-06-
COV	-0-	-0-
COS	-0-	-0-	-02-	.	-02-	.	.
AES	02	02	-0-	-0-	-0-	-02-	-02-
EXE	-0-	.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
DET	-0-	-0-
TOTAL	37	54	04	20	-05-	19	53

Dados: PCP = prestação de contas anual-Administração Direta/ PCI = prestação de contas anual-Administração Indireta/ DEN = denúncias/ COV = convênios/ COS = consultas/ AES = Auditorias Especiais/ EXE = Auditoria da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial/ DET = Processo de Destaque

TCE entrega a Medalha Nilo Coelho a sete personalidades

O Tribunal de Contas do Estado realizou uma sessão solene no dia 16 de outubro de 1994 para proceder a entrega da Medalha do Mérito Nilo Coelho a sete personalidades com relevantes serviços prestados à instituição e ao ramo do Direito Público.

Foram agraciados o conselheiro e ex-presidente Ruy Lins de Albuquerque, os conselheiros aposentados Luiz Fernando Guedes Pereira, Orlando Moraes, Suetone Alencar e Barreto Guimarães, o conselheiro-substituto Antônio José de Andrade e o advogado João Monteiro Filho.

O governador Joaquim Francisco foi representado na solenidade pelo secretário de Educação Roberto Pereira e o prefeito Jarbas Vasconcelos pelo secretário Edgar Moury Fernandes Sobrinho.

Ao abrir a sessão, o conselheiro-presidente Honório Rocha disse que o nome do ex-governador Nilo Coelho está "profundamente ligado" ao Tribunal de Contas por ter sido o seu criador, em dezembro de 67, participando posterior-

mente de sua instalação em 15 de outubro de 67.

Saudando os homenageados, o conselheiro Antônio Corrêa disse que se sentia lisonjeado com aquela incumbência porque todos eles são "personalidades múltiplas" e alicerçadas "em rígidos princípios éticos e morais". Acrescentou que o Tribunal de Contas do Estado tem sido "parcimonioso" na concessão de medalhas, justamente para valorizar e distinguir os que são merecedores.

Falando em seguida, em nome dos agraciados, o conselheiro-aposentado Suetone Alencar fez uma retrospectiva da vida pessoal e pública de cada um deles e manifestou a sua alegria pelo fato de o TCE ter avançado bastante na profissionalização dos seus quadros técnicos, bem como na ampliação da sua rede de serviços, com a instalação de nove Inspetorias Regionais, "com as quais firmou sua presença física em todas as microrregiões geográficas do Estado, possibilitando a fiscalização preventiva da ampliação das receitas públicas do Estado e dos Municípios".

DISCURSO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE HONÓRIO ROCHA PROFERIDO NA SOLENIDADE DA ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO NILO COELHO EM 15.10.94.

O nome do Governador Nilo Coelho está profundamente ligado ao Tribunal de Contas.

Ele o criou em dezembro de 1967 e o instalou em 15 de outubro de 1968. Para tanto, arrostou e venceu dificuldades muitas, mostrando, mais uma vez, a enérgica decisão de um governante que via, acima de tudo, os interesses do Estado pela defesa do bem público.

Atitude de estadista, avesso às conveniências, dotado da visão larga do futuro.

A criação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi um dos grandes marcos do Governo Nilo Coelho.

Ele tinha a consciência plena da necessidade de uma Corte de Contas, dotada de competência no âmbito do controle externo para acompanhar o desempenho do poder público (Legislativo, Judiciário e Executivo), controle este de características mais amplas a partir da Constituição Federal de 1988.

Aos Tribunais de Contas sobra competência para fiscalizar os poderes constituídos. Sua competência é, pois, constitucional. Esta é sua natureza e, na manifestação da Lei Maior, se caracteriza sua essência, como órgão controlador.

Tal controle “é mais amplo e compreende, ainda, a prestação de contas, o controle da legalidade e do mérito pelas Assembléias Políticas e o técnico-jurídico pelos Institutos de Contas. E tudo visando a resultados eticamente corretos, tecnicamente certos, economicamente

úteis e socialmente proveitosos”.

Para vincular, mais ainda, o nome de Nilo Coelho ao Tribunal de Contas, houve por bem o então Presidente desta Corte, Conselheiro Orlando Moraes, pela Resolução 02/86, de 16 de abril de 1986, criar a Medalha do Mérito Nilo Coelho, como láurea de reconhecimento de méritos a pessoas físicas ou jurídicas, distinguidas pelos relevantes serviços à causa do controle da administração financeira e orçamentária do Estado, como também pelo conhecimento no campo do Direito.

Esta, a história da nossa Medalha do Mérito Nilo Coelho.

Dispõe, também, a Resolução 02/86 que, por ano, cada Conselheiro só poderá apresentar o nome de um candidato à supracitada láurea.

Mais, seu artigo 7º diz, textualmente: “... os agraciados receberão a Medalha em sessão solene no dia 15 de outubro, data da instalação do Tribunal”.

Em conseqüência, estamos aqui, neste sábado, com muita alegria, para homenagear, com nossa comenda maior, àqueles que o Pleno do Tribunal de Contas sagrou dignos de recebê-la.

Ao Conselheiro Antonio Corrêa de Oliveira Andrade a palavra para fazer a saudação oficial, em nome desta Corte, aos ilustres agraciados.

Recife, 15 de outubro de 1994.

Honório de Queiroz Rocha

Discurso do conselheiro Antônio Corrêa saudando os agraciados com a Medalha Nilo Coelho

Domina-nos o contentamento ao homenagear os agraciados, nesta sessão solene, em que lhes é outorgada a láurea maior da Casa: a Medalha “Nilo Coelho”.

Todo um ritual teve que ser cumprido, desde a apresentação da proposta, com o curriculum vitae, para a necessária análise, até a aprovação pelo Colegiado. Aprovação que significa reconhecimento, gratidão pelo que fizeram e fazem por uma Instituição tão nossa e tão pernambucana e que, ao fluir dos anos, se afirma perante todos os segmentos da sociedade, na observância exata do deferido pela Carta Magna.

Este é, portanto, um momento de euforia e para externar alegria, diziam os antigos, não ser preciso um lábio loquaz. A essa circunstância devo a indicação de meus pares para saudá-los. Saudação que faço, honrado pelo mandato, pela confiança e sensibilizado por me dirigir a amigos, a companheiros de muitas décadas, uns desde os bancos acadêmicos, outros, da Assembléia Legislativa e desta Corte de Contas. O passar dos anos mais nos aproximou, identificou-nos, dando-me oportunidade para aferir, sentir em cada um a vocação de servir.

Personalidades múltiplas, alicerçadas, porém, em rígidos princípios éticos e morais. E no conviver, crescente a minha admiração, no interpretar o que foram e são, de presença atuante, ora como dirigentes, ou ao pronunciar votos, realizar trabalhos, empreender o entendimento dos textos para a sua aplicação, ou no uso da tribuna, na defesa do correto, no desejo salutar de que o direito aflore em toda a sua plenitude.

Este Tribunal tem sido parcimonioso na concessão da medalha. Nessa parcimônia, a sua valorização. Distinguir, realmente, aos que são merecedores. Aos que se fizeram credores, no fluxo e refluxo do cotidiano. No fazer e ver, como acentuou em versos ontológicos, Fernando Pessoa:

“O essencial é saber ver.
Saber ver sem estar a pensar.
Saber ver quando se vê
E nem pensar quando se vê,
Nem ver quando se pensa.”

A entrega da honraria tem dia determinado por resolução: 15 de outubro, que é o dia da criação do Tribunal, pelo então Governador Nilo de Souza Coelho. A data fixa enseja-nos cerimônia nesta tarde transparente de sábado. De muita luminosidade. Esplêndida por ser um canto de alegria. De muita brisa que aproxima mais com o seu afago de ternura. De radiosidade por relembrar o ontem coroadado com o hoje, síntese do apreço e da homenagem. Daqui, deste prédio, que nos propicia visão parcial de nossa acolhedora capital recifense, dominada pelo mar e pelo rio, essenciais ao seu desenvolvimento e marcos de sua vibrante história, confundindo-se a beleza de suas cores com a leveza do firmamento e em ambiente dos mais aconchegantes por tão ilustres presenças, saúdo:

Suetone Alencar, autodidata, de formação rígida, tendo a mirar o exemplo do genitor digno, do sertão de Salgueiro, onde, como Prefeito e titular de cartório, exerceu liderança

inusitada, sabendo transmitir aos filhos exemplos de dedicação e honradez. Conheci-o na década de cinqüenta.

Estou a vê-lo, chegando à Assembléia Legislativa, quase todas as manhãs, sempre com uma bolsa, em que guardava os pleitos e os documentos de importância de seus representados. Dedógrafo exímio, na máquina ia escrevendo os cartões e as solicitações para o encaminhamento oportuno. Expert em matéria financeira e de custas, participava das discussões dos projetos de leis disciplinadoras dessas matérias. Neste Tribunal, que presidiu, por duas vezes, proferiu votos, com independência e altivez, demonstrando autenticidade e abrangência no abordar os mais variados assuntos e sobretudo correção. De fidelidade a princípios. Sempre soube se impor. Hoje seu viver é um desafio e um ato de vontade, mensagem de valores que engrandecem a criatura humana.

Rui Lins que aqui chegou com a responsabilidade de pertencer a família ilustre, das mais tradicionais do País, com largas folhas de serviço. De governadores. Entre eles, Etelvino Lins, de fibra e de bravura bem ao gosto da gente de nosso Estado. De intelectuais, do porte de Ulisses Lins, a escrever páginas magistrais sobre o Moxotó, estudando sua formação, o telurismo dos seus habitantes, o prestígio dos cantadores, com versos de rara espontaneidade e de enorme riqueza. Até agora, foi quem mais tempo presidiu este Tribunal. É o Conselheiro mais antigo sem ser o mais idoso. Ninguém conhece melhor o funcionamento da Casa. O número dos funcionários, vencimentos e respectivas gratificações. Com ela se integrou tão intimamente que se transformou no porta-voz de suas reivindicações. No governo Paulo Guerra foi titular da Secretaria de Administração, vivendo de perto toda a problemática dos responsáveis pelo

desempenho dos negócios estaduais.

Orlando Moraes, jurista, professor de Direito. É um urbano na educação e no viver. Nascido no interior do Estado, gosta muito é do nosso Recife. De seus encantos. Apreciador da boa música. Meticuloso em excesso. Anota tudo. Se alguém quiser saber o valor do dólar há dez anos é só consultá-lo. Duas vezes Secretário de Estado: do governo, de Agamenon Magalhães, e, da Administração, de Nilo Coelho. Do primeiro foi discípulo e recorda com carinho fases e atos de grande compreensão social. Um dos fundadores do Tribunal e seu primeiro Presidente. Homem de tarefa, a ela se dedica inteiramente. Quando interrompe o estudo do direito ou a leitura de um clássico, dedica-se à solução de problemas algébricos. É um humanista.

Guedes Pereira, outro fundador do Tribunal e seu primeiro Vice-Presidente. Sua tônica maior, a cordialidade. Poucos sabem se comunicar e fazer amigos, com tamanha facilidade. Essa a sua constante, desde a Faculdade de Direito. Conhecedor profundo de tudo que diz respeito à vida empresarial. Ocupou posições de relevo em diversos setores da sociedade. Na Secretaria da Fazenda e em empresas que dirigiu e dirige. Conduta sempre retilínea. Não se desvinculou do Tribunal. Em nossas caminhadas, na praia de Boa Viagem, sempre a indagar, a procurar saber de suas novidades. Continua, assim, perto e muito perto da Instituição.

Barreto Guimarães, vida enobrecida pelos cargos que exerceu, mantendo a coerência com os princípios que abraçou. Um lírico. Com grande satisfação, fala de sua amante amada: Olinda. De sua história, das aldrabas centenárias. Deputado, Prefeito, duas vezes Secretário de Estado. Frustrou-nos por não haver demorado mais tempo em nosso convívio. Atenua seu gesto a escrever, dando notícias de seus afazeres, coroados em pronun-

ciamentos. Realizou o encontro de Salgueiro. Tomada de posição em defesa do Nordeste. Acontecimento nacional que, ainda, repercute, três décadas após. Como Vice-Governador foi exemplar pela colaboração ao governo honrado do Ministro Eraldo Gueiros Leite.

Antônio José de Andrade, dos primeiros concursados, ainda na ativa. Prestimoso como quem mais o for. Nascido no agreste, a região intermediária entre a mata e o sertão, é um encantado com sua residência, perto do mar em Olinda. Tornou-se um talássico. Por demais cuidadoso. Analisa os processos, considerando as minudências. Faz questão de trazer os votos escritos. Por ser o auditor mais antigo, constantemente, integra o Colegiado para gáudio de todos. As tarefas que executa faz com perfeição. Contribui sempre com os conhecimentos adquiridos em vida de trabalho e dedicação. De modéstia franciscana coerente com a religião que pratica.

João Monteiro. Dos homenageados de hoje, o único que não faz parte do quadro de funcionários desta Casa. Mas com ela tão identificado que, por justiça, lhe é outorgada a condecoração. Advogado na melhor expressão da palavra. Defende sempre o bom direito. Jamais se encantou com vantagens pecuniárias que demandassem transigir com o seu proceder. Jurista, com trabalhos publicados e de grande aceitação. Secretário de Estado, na administração operosa de Cid Sampaio. De vez em quando, utiliza a tribuna de nosso plenário no exercício da profissão. Ressalta com generosidade a importância pedagógica do Tribunal. Incentiva-nos, com pronunciamentos

lapidares, ao mostrar o valor de decisões norteadoras da defesa do patrimônio coletivo.

Como vêem, senhores, os agraciados, possuidores de espírito público, essencial, básico, para o correto desempenho de funções, têm história e fazem história.

Empenharam-se para secundar esforços, na afirmação de princípios e de ideais, em época de descrédito. Nesse esforço, modificaram-se. Enquadram-se na visão de Afonso Arinos de Melo Franco: "O homem deixa de ser quem é para transformar-se naquilo de que outros homens precisam".

Vivem, objetivando ideais. No objetivar ideais, realizam-se. Legam exemplos.

Dinâmicos. Ao terminar, reiniciam outras tarefas. Usufruem, assim, encantos, já definidos por Santo Agostinho, na Cidade de Deus: "Há maior alegria quando se conclui alguma coisa do que quando se começa. Todo começo é repleto de inquietude, que cessa apenas quando se consegue o fim apetecido e esperado que leva a começá-la. O coração não canta vitória pelo que começa, mas pelo que termina".

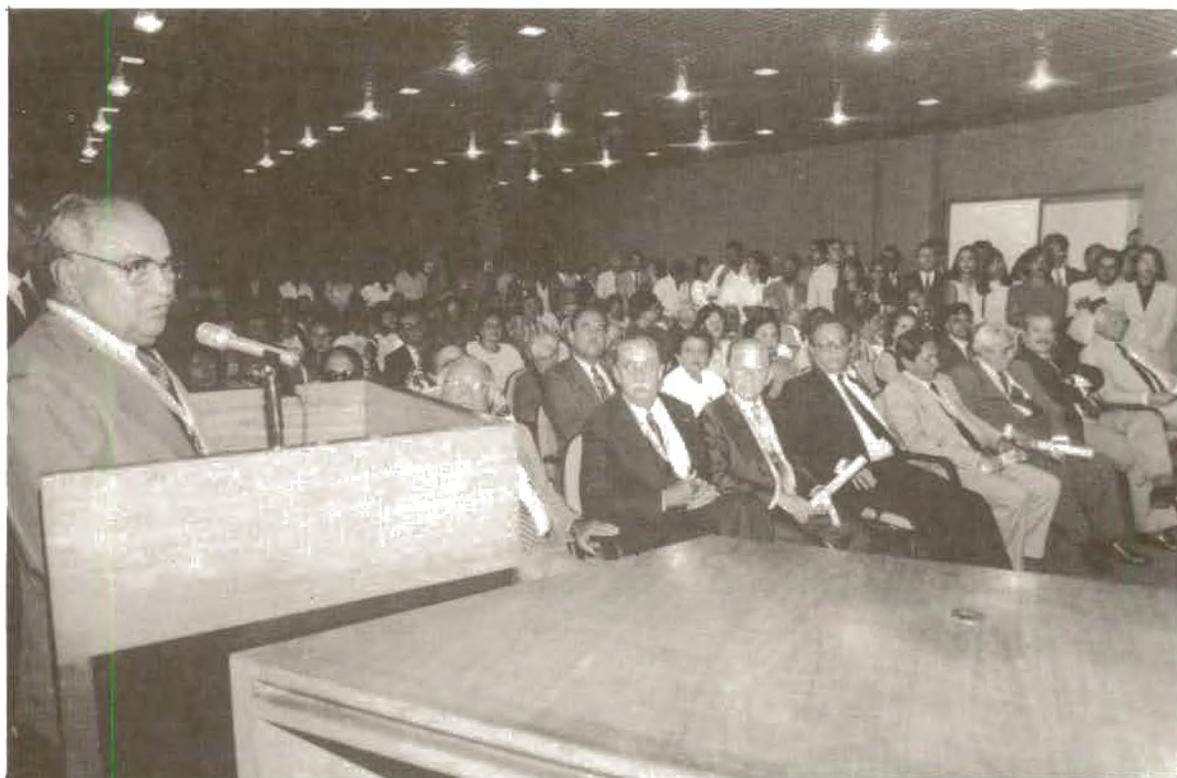
Porto Alegre, em notável discurso, afirmou: "Um povo só é grande quando tem grandes exemplos".

V. Exas., eminentes Suetone Alencar, Ruy Lins, Orlando Morais, Guedes Pereira, Barreto Guimarães, Antônio Andrade e João Monteiro, deram-nos exemplos e são capítulos da história nobre deste Tribunal.

Recebam a homenagem e a saudação fraterna de todos nós.

15.10.94

Discurso do conselheiro-aposentado Suetone Alencar
agradecendo, em nome dos colegas, a concessão pelo
Tribunal de Contas da Medalha Nilo Coelho



Com a instituição da Medalha de Mérito Nilo Coelho, este Tribunal se propôs a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que se tenham distinguido por relevantes serviços prestados a causa do controle externo da administração financeira e orçamentária do Estado ou pelos excepcionais méritos e conhecimentos no campo do Direito Público, especialmente nas áreas do Direito Constitucional, Direito Financeiro ou Direito Administrativo.

A Medalha teve por inspiração o saudoso ex-Governador Nilo Coelho, criador do Tribunal, figura pública com uma série de notáveis serviços prestados ao Estado de Pernambuco e que, em sua Administração, levou o progresso às regiões interioranas, mormente a região sertaneja, através de investimentos de infraestrutura que a integram ao desenvolvimento conjunto da economia estadual. O Governador

Nilo Coelho, além de grande amigo, foi meu guia e inspirador em grande parte de minha atividades política.

Nesta sessão solene, o Tribunal de Contas está agraciando, com a sua Medalha de Mérito Nilo Coelho, três de seus membros já aposentados, que somos eu e os ex-Conselheiros Orlando Moraes, Barreto Guimarães e Luiz Fernando Guedes Pereira, o Conselheiro, ainda em exercício, Ruy Lins de Albuquerque, o Auditor Substituto de Conselheiro, Antônio José de Andrade, e o Advogado Jurista João Monteiro Filho, mestre do Direito Público com notável especialização no Direito Constitucional e Administrativo, com renomada atuação na vida jurídica do Estado e ainda com marcante atuação junto a Administração Pública Estadual.

Eles merecem a láurea que este Tribunal lhes outorgou. O ex-Conselheiro Orlando Moraes, professor universitário, estudioso e profundo

conhecedor do Direito Financeiro e Orçamentário, um dos fundadores desta Instituição e seu ex-Presidente; o ex-Conselheiro Fernando Guedes Pereira, administrador de empresas, integrou esta Corte durante mais de doze anos, tendo exercido, em várias gestões, o mandato de Vice-Presidente; o Professor José Antônio Barreto Guimarães, educador, ex-Parlamentar, ex-Secretário de Estado, contribuiu, com sua experiência, sua sabedoria e suas luzes para a história do Tribunal. O Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque, ex-funcionário público federal, ex-Secretário de Estado, tendo exercido mandatos de Presidente durante seis anos, com larga folha de serviços prestados a este órgão e à administração pública. O Auditor Antônio José de Andrade, que ingressou no Tribunal em 1970 mediante aprovação em concurso público, no cargo de Técnico de Controle Externo, transformado em Auditor das Contas Públicas e que, também por aprovação em concurso, ocupa o Cargo de Auditor substituto de conselheiro, diligente, operoso e inteligente, se confunde com a história desta Corte. Finalmente, o Bacharel João Monteiro Filho, por seus trabalhos especializados no campo do Direito Público, sua notável inteligência e grande capacidade de trabalho, jurista emérito, atendeu aos requisitos exigidos na Resolução que instituiu a Medalha do Mérito Nilo Coelho, tornando-se merecedor incontestado da homenagem que lhe está sendo prestada.

Quanto a mim, que iniciei a luta pela vida na minha infância e em parte de minha juventude na bela Cidade do Salgueiro, onde nasci, e posteriormente, na Cidade de Araripina onde me radiquei desde os 20 anos de idade, que exerci as profissões de auxiliar de comércio, comerciante e industrial, com passagem pela Assembléia Legislativa, na qual exerci durante 20 anos cinco mandatos parlamentares, representando o povo de minha região, o Tribunal de Contas resolveu honrar-me com a outorga desta Medalha, reconhecendo em mim, que já exerci sua Presidência, um dos seus bons colaboradores. Aliás, o Tribunal me conferiu, ainda, a missão de falar nesta solenidade em nome de todos os agraciados. Todos os demais poderiam desempenhar a tarefa com muito maior

brilhanço pelos seus próprios dotes intelectuais, e a minha escolha me tornou duplamente homenageado.

Ingressamos neste Tribunal, os que estamos sendo homenageados, na fase pioneira de suas atividades, quando o órgão ainda lutava com enorme carência de recursos técnicos de infraestrutura e de pessoal especializado. Orlando Morais e Luiz Fernando Guedes Pereira assumiram seus cargos no dia em que o Tribunal começou a funcionar, em 16 de outubro de 1968, eu e Ruy Lins de Albuquerque assumimos os nossos cargos em 1970, antes que o Tribunal completasse seu segundo ano de vida. Organizá-lo foi uma tarefa árdua, muito difícil devido à precariedade de sua infra-estrutura de serviços, funcionando num prédio acanhado da Rua do Hospício. O Auditor Antônio José de Andrade entrou no quadro de pessoal desta Corte à mesma época em que eu e o Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque assumimos nossos cargos. O Conselheiro Barreto Guimarães ingressou depois, na década de oitenta, mas durante o tempo em que integrou o Plenário desempenhou suas funções com grande brilho e competência.

Alegramo-nos constatar que o Tribunal de Contas do meu Estado, após superar tantas dificuldades, alcançou um estágio de eficiência por todos os títulos dignos de elogios. Está prestes a completar seu quadro especializado de técnicos com o concurso público já convocado através do Edital para provimento de mais de 150 cargos. Já ampliou consideravelmente sua rede de serviços com a instalação de nove Inspetorias Regionais, com as quais firmou sua presença física em todas as microregiões geográficas do Estado, possibilitando a fiscalização preventiva da aplicação das receitas públicas do Estado e dos Municípios.

O Tribunal de Contas é hoje, uma realidade viva, constituindo-se em um dos pilares da administração estadual, fiscalizando, diuturnamente, a execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional. A tendência é, pois, a de aumentar sua eficiência operacional e alcançar um alto nível na execução de suas atividades constitucionais.

Levo comigo, depois de mais de 37 anos de intensa vida pública, o sentimento de que, no exercício de minhas funções neste Tribunal, fui

útil à instituição e à administração pública. Tenho certeza de que este é o mesmo sentimento dos companheiros de jornada que estão sendo agraciados nesta solenidade. O sentimento é, igualmente, de gratidão a este Tribunal pela lembrança da homenagem, pelo prêmio do reconhecimento que ela representa. Reconhecimento pela participação pessoal de

cada um de nós ao esforço comum pelo engrandecimento da instituição no concerto do Estado. Reconhecimento ao dever cumprido, que é um bem inalienável e perpétuo. E que vem coroar com chave de ouro a nossa trajetória dentro deste Tribunal.

Muito Obrigado, em nome dos agraciados.

DISCURSO DE DESPEDIDA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHEIRO ADALBERTO FARIAS — 03.01.94

Estamos transmitindo neste instante o cargo de presidente deste Tribunal ao nobre conselheiro Honório Rocha, o que fazemos com muita honra.

Creio ser desnecessário ressaltar, aqui, as qualidades intelectuais e morais do ilustre conselheiro escolhido para comandar esta Corte de Contas.

A toda evidência, o ilustre conselheiro exercerá o seu mandato com muita dedicação e proficiência, honrando e enaltecendo esta Corte e, no final do mesmo, terá marcado a sua administração com um grande acervo de realizações, correspondendo à confiança de seus pares, manifestada em uma eleição unânime. Para atingir esses objetivos, o conselheiro Honório Rocha contará com a valiosa colaboração dos ilustres conselheiros Carlos Porto e Antônio Correia, eleitos também, por unanimidade, para os honrosos cargos de vice-presidente e corregedor geral desta Corte de Contas.

Entregamos a presidência deste Tribunal ao conselheiro Honório Rocha com a consciência do dever cumprido. Dentro de nossas limitações, esforçamo-nos no sentido de estabelecer condições técnicas e materiais visando à expansão da rede de serviços prestados por esta Corte às administrações públicas estaduais e municipais, aumentando o grau de eficiência e o alcance de suas ações

constitucionais e legais. Contamos para isto com a colaboração permanente e a participação ativa dos companheiros do corpo deliberativo, diretores, chefes e integrantes do quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Tribunal.

Com a realização de concursos públicos para os diversos cargos deste Tribunal conseguimos implantar uma infra-estrutura razoavelmente adequada ao pleno exercício das relevantes funções que nos foram outorgadas pela constituição e pelas leis do Estado, relacionadas com o controle externo da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da aplicação das rendas públicas.

Instalamos quatro inspetorias regionais, onde são lotados, em caráter permanente, auditores, inspetores de contas públicas e respectivos auxiliares, possibilitando o acompanhamento preventivo das ações públicas realizadas por mais de oitenta municípios, descentralizando e interiorizando as atividades do Tribunal, restando a implantação de mais cinco inspetorias que, com toda certeza, será realizada pela nova administração.

Desbravamos os caminhos do interior de Pernambuco, ampliando o campo de atuação do Tribunal. Caberá ao novo presidente, com a colaboração de todos nós, não só aplainar e consolidar esses caminhos já abertos, como também desbravar novos para que o Tribunal